

# AS MULHERES NO COOPERATIVISMO E NAS COOPERATIVAS RURAIS

## WOMEN IN COOPERATIVISM AND IN RURAL COOPERATIVES

Mariza Lima Souza da Silva 1  
Roseni Aparecida de Moura 2  
Poliana Oliveira Cardoso 3  
Cleiton Ferreira Silva Milagres 4

**Resumo:** O trabalho investiga a participação das mulheres em cooperativas orientado pela seguinte indagação: “As cooperativas rurais são alternativas que promovem maior autonomia das mulheres no meio rural?” Os objetivos do trabalho são: analisar através de uma revisão bibliográfica as barreiras presentes na trajetória das mulheres nas cooperativas, analisar o papel das cooperativas rurais no fortalecimento da autonomia das mulheres no meio rural, identificar quais são os fatores que dificultam na maior participação e integração das mulheres no rural e evidenciar medidas que podem ser realizadas para que se tenha uma maior representatividade e autonomia das mulheres nas cooperativas rurais. Os resultados apontam que para maior participação é preciso que sejam fornecidos cursos profissionalizantes, conscientização e políticas públicas de apoio. Na busca de seus direitos e autonomia, através do auxílio de políticas públicas e aperfeiçoamento das habilidades e conhecimentos em relação ao cooperativismo.

**Palavras-chave:** Mulheres. Meio Rural. Mercado de Trabalho. Cooperativismo.

**Abstract:** This work investigates the participation of women in cooperatives guided by the following question: “Are the rural cooperative alternatives that promote greater autonomy for women in rural areas?” The objectives of the work are: to analyze, through a literature review, the barriers present in the trajectory of women in cooperatives; to analyze the role of rural cooperatives in strengthening women’s autonomy in rural areas; to identify the factors that hinder the greater participation and integration of women in rural areas; and to highlight actions that can be taken leading to a greater representation and autonomy of women in rural cooperatives. The results show that for greater participation it is necessary to provide professional training courses, awareness as well as support public policies. In the search for their rights and autonomy, through the assistance of public policies and improvement of skills and knowledge in relation to cooperativism.

**Keywords:** Women. Rural Environment. Work Market. Cooperativism.

- 1 Graduada em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6286558034565212>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8931-8709>. E-mail: [mariza.lima@uft.edu.br](mailto:mariza.lima@uft.edu.br).
- 2 Graduada em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal de Viçosa (2007). Mestre em Extensão Rural pelo Programa de Pós - Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa - UFV (2010). Doutoranda em Extensão Rural pelo Programa de Pós - Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa - UFV com co tutela no Programa de Doutorado “Gestión Sostenible de la Tierra y del Territorio en la Universidad De Santiago de Compostela”. Tem experiência relacionada aos seguintes temas: Cooperativismo, Assentamentos Rurais, Reforma Agrária, Unidades de Conservação. Membro do Comitê Organizador do Seminário Internacional Brasil, Espanha e Portugal (SIBEP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4754283594639104>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7440-0715>. E-mail: [roseni.moura@ufv.br](mailto:roseni.moura@ufv.br)
- 3 Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa, e Bacharel em Gestão de Cooperativas pela mesma instituição. Participa do Grupo de Pesquisa Assentamentos coordenado pelo Professor José Ambrósio Ferreira Neto. Durante a graduação, foi membro de projetos de extensão universitária e de Iniciação Científica atuando nas áreas de Organização Coletiva e trabalhando com assentamentos rurais no Estado de Minas Gerais. Atuou também como estagiária na Organização de Quadro Social em Cooperativas e auxiliou a tabulação e análise de dados científicos para formulação de Projetos de Desenvolvimento Sustentável. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0348100009502110>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7808-5847>. E-mail: [cardoso.pola@gmail.com](mailto:cardoso.pola@gmail.com)
- 4 Bacharel em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Mestre em Extensão Rural pela mesma instituição. Atualmente é professor Assistente I da Universidade Federal do Tocantins. Trabalhou como tutor em curso sobre Enfoque Territorial na Cooperação Internacional para o desenvolvimento rural entre Brasil e África desenvolvido pela FAO. Prestou serviços na área de socioeconomia para grandes empreendimentos. Realizou pesquisas em Assentamentos rurais de Reforma Agrária no Estado de Minas Gerais por meio do convênio INCRA/FUNARBE/UFV, atuando também no projeto de articulação das atividades de ATER. Coordena o Grupo de Pesquisa e Extensão: “Cooperativismo, Extensão Rural e Processos Participativos” (UFT) e participa dos Grupos Gestão e desenvolvimento de cooperativas e associações e ASSENTAMENTOS - Grupo de Pesquisa sobre Movimentos Sociais no Campo, Reforma Agrária e Associativismo, ambos da Universidade Federal de Viçosa. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5595459844030311>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5651-4292>. E-mail: [cleiton.milagres@mail.uft.edu.br](mailto:cleiton.milagres@mail.uft.edu.br)

## Introdução

O presente trabalho apresenta abordagens sobre mulheres, cooperativismo e questões sobre a participação das mesmas no mercado de trabalho, levando em consideração a sua presença no meio rural. O trabalho traz como situação problema a seguinte pergunta: As cooperativas rurais são alternativas que promovem maior autonomia das mulheres no meio rural? No decorrer das discussões serão fornecidos dados que possam contestar sobre a autonomia das mulheres no meio rural. Se debruçar sob essa temática é de grande importância para que se possam identificar quais são as dificuldades que as mulheres enfrentam dentro das Cooperativas Rurais e se nesse ambiente é possível ter alternativas que promovam uma maior participação e autonomia das mesmas no meio rural.

Os objetivos do trabalho são: analisar através de uma revisão bibliográfica as barreiras presentes na trajetória das mulheres nas cooperativas; analisar o papel das cooperativas rurais no fortalecimento da autonomia das mulheres no meio rural; identificar quais são os fatores que dificultam na maior participação e integração das mulheres no meio rural e evidenciar medidas adotadas para que se tenha uma maior representatividade e autonomia das mulheres nas cooperativas rurais.

A motivação para a elaboração desse trabalho está relacionada em aprofundar o entendimento do 5º princípio cooperativista que trata da educação, formação e informação, que busca através da capacitação o desenvolvimento pessoal dos cooperados e garantir que os mesmos tenham sua autonomia e mais conhecimentos relacionados aos seus direitos nas cooperativas. Além disso, o debate sobre esse tema, reflete a atualidade de agendas de pesquisa e internacionais, a exemplo da Agenda para 2030 das Organizações das Nações Unidas- ONU que tem como objetivo de número 05 a busca por igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. Para promover tal debate utilizou-se da metodologia de pesquisas bibliográficas através de artigos e plataformas como Google Acadêmico, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE e SISTEMA OCB. A escolha dessas plataformas foi devido à qualidade e disponibilidades dos dados relacionados à participação das mulheres no cooperativismo e mercado de trabalho. Para tanto, foram analisados artigos científicos sobre a temática além de buscar informações com estatísticas sobre escolarização das mulheres e dados sobre a quantidade de horas gastas pelas mulheres com deveres domésticos baseados.

As cooperativas podem ser grandes aliadas para o aumento significativo da participação das mulheres tanto em questões de desenvolvimento pessoal quanto no que se refere a inserção produtiva, ao decorrer das análises serão fornecidos mais argumentos sobre as vantagens da maior participação das mulheres nas cooperativas rurais.

Para além da introdução o trabalho foi dividido em três tópicos: o primeiro retrata sobre as questões de gênero e meio rural, o segundo tem como tema as mulheres e cooperativismo e no terceiro tópico temos como tema a participação das mulheres no mercado de trabalho e no cooperativismo rural.

## Referencial conceitual

### Questões de gênero no meio rural

Ao compreender o espaço rural, apropriando-se das contribuições de Kageyama (2008), acentua-se o ponto de vista que considera uma base territorial que possui características específicas, desde aspectos físicos, abundância de superfícies verdes ou naturais e atitudes e representações simbólicas da ruralidade. Acrescenta-se ainda, a este entendimento, de acordo com a autora, uma característica que denota sentido ao rural enquanto território socialmente construído e com papéis específicos na reprodução e desenvolvimento das sociedades. É a partir desta cognição rural, que este trabalho integra a discussão da igualdade de gênero nestes espaços.

O gênero historicamente é preestabelecido pela sociedade por fatores biológicos determinados a partir do nascimento dos indivíduos sendo por sexo feminino e masculino. De

acordo com IBGE (2018, p.2) “[...] refere-se às diferenças socialmente construídas em atributos e oportunidades associadas com o sexo feminino ou masculino e as interações e relações sociais entre homens e mulheres”. Segundo Leal e Cotrim (2013), podemos destacar inúmeros fatores que podem definir as estruturas que determinam o gênero que vão desde aspectos biológicos, religiosos, econômicos, sociais, culturais dentre outros, que fazem com que haja de certa forma uma justificativa para o então papel da mulher.

Ferreira Neto *et al.* (2020) apresenta o entendimento de que alguns papéis, modos de comportamento e lugares são tradicionalmente atribuídos a homens e mulheres. Todos foram construídos socialmente ao longo do tempo, e por meio da categoria “gênero”, percebemos a organização simbólica e concreta da vida social, além de articulações de poder nas relações entre homens e mulheres.

As mulheres passam por situações em que ocorre o chamado trabalho invisível no qual elas não têm remuneração nem reconhecimento sobre as atividades realizadas. Segundo Pinheiro *et al.* (2016) através da análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, foi possível constatar que as mulheres trabalham muito mais no ambiente doméstico e tem uma dupla jornada de trabalho. Isso se dá principalmente pelo fato de que em comparação com a jornada de trabalho entre homens e mulheres, nota-se uma diferença significativa decorrente de vários fatores, destacando, principalmente, em relação às responsabilidades domésticas. Levando em consideração o acúmulo de trabalho no ambiente doméstico e empresarial nota-se claramente a sobrecarga de trabalho pela qual as mulheres passam, no qual, a jornada de trabalho dupla é mais acentuada.

As questões de gênero no meio rural são ainda mais discrepantes já que o papel social atribuído à mulher é historicamente vinculado aos afazeres domésticos. De acordo com Bruschini (2006), no meio rural as mulheres em suas residências gastam cerca de 1,2 hora a mais com afazeres domésticos, comparado às mulheres do meio urbano. Ou seja, acrescido ao fato de que as mulheres rurais possuem uma rotina diária composta por um número superior de horas destinadas aos serviços domésticos, existe uma invisibilidade, ao não haver reconhecimento pelas atividades realizadas por elas, somando-se ainda a essa rotina diária às atividades produtivas. Melo e Castilho (2009), contribuem ao realçarem que a base material das relações de gênero é o trabalho, expresso na divisão social do trabalho. Divisão essa que se expressa em duas tipologias: o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo. O trabalho produtivo está relacionado às atividades vinculadas ao mercado capitalista, ou seja, na produção de mercadorias e serviços comercializados. O trabalho reprodutivo, está ligado aos cuidados e à manutenção da vida e do bem-estar da sociedade.

Isso se confirma, ao observar segundo Salvaro *et al.* (2014), que as questões de desigualdade de gênero no meio rural são evidentes, sobretudo, pela divisão sexual do trabalho onde certas atividades são atribuídas às mulheres como, por exemplo, as atividades domésticas. Já aos homens são atribuídas atividades ligadas à administração das propriedades, comercialização, colheita, dentre outros, o que destaca cada vez mais o debate em relação às questões de gênero principalmente no meio rural, no qual se nota uma grande desconformidade em relação às atividades realizadas por mulheres e homens. No meio rural se observa ainda fatores culturais que acabam contribuindo para que ocorra uma divisão de trabalho relacionada ao gênero que norteiam quais atividades são realizadas por mulheres e por homens (SALVARO *et al.*, 2014). Em relação às questões de gênero, segundo Leal e Cotrim (2013, p.402) ocorre “a existência de um princípio público (masculino), ligado ao social, ao político e ao econômico, com base em critérios de êxito, poder e direitos de liberdade. E outro princípio privado ou doméstico (feminino), ligado ao lar”, ou seja, um aspecto principal das questões de gênero é relacionado diretamente às atividades destinadas para as mulheres e as relacionadas aos homens.

Devemos sempre repensar sobre a igualdade de gênero no mercado de trabalho e como ela pode contribuir para que as mulheres tenham os seus direitos garantidos em comparação aos dos homens, sendo que é possível observar de acordo com Baldissarelli *et al.* (2018), que tal desigualdade está presente em diversas áreas principalmente no ambiente de trabalho dentre o qual é possível observar a relação da quantidade e qualidade de vagas disponível para as mulheres, ou seja, para que se tenha a igualdade de gênero no trabalho se devem ter as mesmas oportunidades, remunerações, cargos dentre outros.

## Mulheres e cooperativismo

Por volta do ano de 1844 foram formalizadas as primeiras atividades ligadas ao cooperativismo moderno, os então denominados pioneiros de Rochdale na Inglaterra, com o surgimento de uma cooperativa do ramo de consumo com 28 cooperados dentre o qual havia a presença de uma mulher. Nessa cooperativa era realizada a revenda de alimentos (SILVA, 2013). Ao decorrer da criação desse empreendimento seus fundadores passaram por muitas dificuldades, sendo possível notar ainda que a presença das mulheres desde os primórdios do cooperativismo é menor que a dos homens levando em consideração os aspectos culturais da época.

Ao longo dos anos as mulheres ganharam cada vez mais espaço no cooperativismo desde a sua primeira participação que impulsionaram o entendimento sobre o que seria uma cooperativa e quais seriam os benefícios para seus integrantes. As ideias Rochdaleanas serviram de influência para as futuras gerações do cooperativismo. Desde suas origens o cooperativismo buscou trazer alternativas para algumas das disfunções sociais, a exemplo de uma forte atuação na busca por uma melhora de vida e valorização das pessoas, distinguindo-se assim ao favorecer a construção de ambientes que estimule a igualdade e que se diferencie dos padrões convencionais das empresas de capital, indo na contramão com os pensamentos do sistema capitalista. (BUENO, 2001).

O cooperativismo segue os princípios da adesão livre e voluntária, gestão democrática, participação econômica, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação, interesse pela comunidade, dentre esses sete princípios pode-se destacar que não deve ocorrer nenhum tipo de discriminação em relação à adesão de cooperados nas cooperativas, dentre o qual se percebe que desde o início já havia uma preocupação em evitar que situações como a não adesão de grupos minoritários viesse a acontecer dentro das cooperativas (SILVA, 2013).

O cooperativismo brasileiro, anteriormente era organizado em 13 ramos que eram divididos em agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte, turismo e lazer. No ano de 2018 de acordo com as informações do anuário do cooperativismo brasileiro realizado pelo Sistema OCB, os três ramos que mais se destacavam (pela quantidade de cooperados) eram respectivamente o de crédito com cerca de 9.840.977, consumo com 1.991.152 e infraestrutura com 1.031.260. Atualmente os ramos são organizados em 07 categorias segundo a OCB: agropecuário, consumo, crédito, infraestrutura, saúde, transporte e trabalho, produção de bens e serviços. As mudanças nos ramos do cooperativismo ocorreram no ano de 2020 através de um processo democrático e com uma análise sobre os benefícios que essas mudanças poderiam trazer para o cooperativismo, buscando melhorar e fortalecer os ramos e ter uma maior representatividade.

A divisão dos ramos ficou da seguinte maneira: no ramo agropecuário temos agora a presença das cooperativas de alunos de escolas técnicas de produção rural; na de consumo as cooperativas de turismo e lazer (consumidores) e educacionais; na de crédito não ocorreu nenhuma alteração; o de infraestrutura está presente o habitacional além do ramo de trabalho, produção de bens e serviços composto pelas cooperativas de trabalho, produção, mineral, turismo e lazer (profissionais), especial e educacional (professores); no ramo de saúde temos cooperativas de médicos, odontólogos e demais profissionais da saúde o último ramo o de transporte é composto por transporte de cargas, passageiros e de turístico, de acordo com os dados do SISTEMA OCB (2020). A classificação dos dados acima foi obtida através de informações da Organização das Cooperativas do Brasil-OCB através do Anuário do Cooperativismo Brasileiro.

As cooperativas de Economia Solidária no ano de 2019 no Brasil corresponderam a mais de 6,8 mil empreendimentos, sendo responsáveis por 398 mil empregos formais, baseados nos princípios de igualdade, solidariedade e autogestão (REDAÇÃO RBA).

Segundo Silva (2013) no cooperativismo podemos destacar a presença da Economia Solidária que teve início durante a organização de trabalhadores em países europeus e a Inglaterra no século XIX, movidos pelos movimentos socialistas utópicos e pela crise que ocorria na época na Revolução Industrial, um fato que afetou diretamente os trabalhadores. Algumas características da economia solidária que podem ser destacadas são a posse coletiva da produção, organização e trabalho de forma coletiva. No Brasil durante o ano de 1990, ocorreu um aumento do desemprego que desencadeou na busca dos desempregados por uma forma alternativa de sustento que fez com



que a economia solidária ganhasse mais espaço e destaque na época.

Ao longo dos anos a Economia Solidária ganhou cada vez mais espaço no mercado, enquanto organização social e produtiva, e também como beneficiária de políticas públicas. No ano de 2003 foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) que buscava apoiar as atividades ligadas a Economia Solidária com objetivos atrelados a criação de renda, desenvolvimento social e solidário, como destaca a Cartilha sobre Economia Solidária e Feminista da Sempreviva Organização Feminista- SOF (2015). Alguns dados acerca da participação de homens e mulheres na economia solidária foram obtidos por meio de levantamentos conduzidos pelo Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES) em 2005, analisando aproximadamente 14.954 empreendimentos coletivos. Além disso, em 2007, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) investigou 21.859 cooperativas, totalizando 1.683.693 participantes. Nesse contexto, constatou-se que cerca de 37% desse total eram mulheres. Esses dados revelam uma significativa disparidade na participação de gênero na economia solidária ao longo desse período, conforme destacado por Bonumá (2015).

De acordo com o mapeamento da Economia Solidária (2016), podemos observar que no ano de 2013 a presença de mulheres correspondiam a 620.258 no qual estão mais presentes nos grupos informais, tem menos acesso a crédito, menor assistência e infraestrutura, os dados foram obtidos através do Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários- EES. No cooperativismo desde seu início tem princípios que buscam a igualdade e a participação das mulheres de acordo com Baldissarelli et al. (2018, p.87) "As dificuldades encontradas pelas mulheres em relação aos homens no mercado de trabalho, também são percebidas no cooperativismo, onde elas ainda são a minoria." Vale ressaltar que desde os primórdios da criação do cooperativismo é possível observar o aumento significativo da presença das mulheres nas cooperativas, embora de maneira desigual em relação aos homens principalmente em cargos de liderança.

De acordo com dados fornecidos pelo anuário do cooperativismo brasileiro em 2017 e 2014 sobre a Distribuição por Gênero do Quadro Social através da pesquisa com 2.951 cooperativas, foi possível observar que as mulheres no ano de 2014 correspondiam a 33% do quadro social. Já em relação à Distribuição por Gênero dos empregados em 2018 observou-se que as mulheres representavam cerca de 48%, os dados que mais destacam a desigualdade da participação das mulheres no cooperativismo estão principalmente na quantidade de distribuição por Gênero do Quadro de Dirigentes que no ano de 2017 correspondeu a 24% e no ano de 2018 a 25% tendo um aumento significativo dentro de um ano.

## **Participação das mulheres no mercado de trabalho e no cooperativismo rural**

Quando se considera a participação das mulheres no mercado de trabalho, observa-se uma grande barreira relacionada às oportunidades e espaço destinados para as mulheres. Como vimos anteriormente, em muitos momentos a presença das mulheres é direcionada ao ambiente doméstico, embora possua um maior grau de ensino. De acordo com dados do IBGE (2016), na faixa etária de 25 anos com ensino superior é possível observar que as mulheres brancas correspondem a 23,5% e mulheres pretas ou pardas a 10,4% quanto em comparação com os homens nota-se que 20,7% de homens brancos tem ensino superior contra 7,0% pretos ou pardos, ou seja, pode-se observar que há uma grande disparidade em relação aos dados sobre escolarização, além de levarmos em consideração a desigualdade entre cor e raça sendo que entre as mulheres há uma diferença de 2,3 vezes maior.

É possível observar que não há uma igualdade de oportunidades e cargos, no qual as mulheres em sua trajetória no mercado de trabalho passam por muitos desafios e barreiras principalmente culturais. A desigualdade não apenas está presente na vida pessoal das mulheres, mas também no ambiente de trabalho dentre o qual são inúmeras barreiras. Sua participação vem diminuindo em comparação com a presença dos homens no cooperativismo mundial (KRAVESKI; KNUPPEL, 2011, p.3).

Sobre a igualdade em relação à participação das mulheres no mercado de trabalho podemos afirmar que:

Essa participação não ocorre de maneira igualitária, pois existe, concomitante à inserção das mulheres, uma tradicional divisão sexual do trabalho trazida como herança cultural, na qual o trabalho feminino viria a ser apenas um complemento da renda familiar, apesar de a mulher atualmente estar desempenhando, em muitos setores, funções e tarefas que tradicionalmente pertenciam ao homem e ocupando cargos de chefia e de comando. (LEAL; COTRIM, 2013, p.399)

Alguns fatores podem acarretar na diminuição da participação das mulheres nas cooperativas no meio rural, quais sejam: aspectos culturais, falta de políticas públicas de apoio, dentre outros. Ainda considerando estes fatores o meio rural pode se tornar um grande aliado para o aumento da autonomia e participação das mulheres nas cooperativas devido ao fato de que segundo Kraveski e Knuppel (2011, p.5) “[...] metade da população da zona rural é composta por mulheres e, em muitas vezes, não são reconhecidas como verdadeiras agricultoras familiares, que de fato são.” Uma possível solução seria o aumento de incentivos e políticas de apoio, já que nesse ambiente as mulheres buscam ter mais autonomia e participação em atividades produtivas, além da busca de uma maior participação nos cargos de liderança tanto no meio rural quanto no urbano.

Enfatiza-se ainda segundo Kraveski e Knuppel (2011) que o cooperativismo rural tem grande relevância e pode contribuir para a busca de maior respeito, igualdade e independência financeira para as mulheres destacando o fato de que há uma grande diferença de remuneração de cargos se relacionados ao sexo masculino que mesmo exercendo as mesmas funções que as mulheres acabam recebendo mais e tem mais incentivos se compará-los. A presença da mulher no cooperativismo rural é de grande importância tanto para as cooperativas quanto para a vida dessas mulheres, pois a participação e apoio garantem uma maior autonomia e estabilidade.

Sobre a abordagem da participação das mulheres na Economia Solidária ligados a ações de incentivos e apoio podemos destacar de acordo com a Cartilha sobre Economia Solidária e Feminista da Sempreviva Organização Feminista- SOF (2015), a presença da economia feminista que trata-se de um movimento no qual trazem uma crítica a situação atual no mercado de trabalho baseando-se na economia em geral, onde as mulheres não tem reconhecimento sobre suas atividades domésticas, com a economia feminista<sup>1</sup> se baseia em que as mulheres tenham reconhecimento sobre as atividades domésticas que exercem sejam reconhecidas com a mesma importância de atividades de produção. Podemos destacar a presença da economia feminista na economia solidária que pode trazer muitos benefícios e pode contribuir para que ocorra uma maior igualdade de gênero no cooperativismo.

## Resultados e discussão

O Quadro 1 a seguir apresenta uma síntese dos trabalhos utilizados como base para o desenvolvimento deste estudo. A escolha dos autores se deu pela importância dos debates realizados sobre a temática, além do fato dos mesmos trazerem novas perspectivas sobre a participação das mulheres tanto no meio rural como também urbano, contribuindo para a construção dos debates realizados no presente trabalho.

---

1 Economia Feminista trata-se do campo de estudo da Ciência Econômica, no qual orienta vários grupos feministas, que é constituído pela produção acadêmica e lutas femininas desenvolvendo-se nos estudos e pesquisas em relação a atuação política feminista atuando em organizações não governamentais, associações de mulheres entre outros. (GRECCO; FURNO; TEIXEIRA 2018).

**Quadro 1.** Objetivo de estudo e principais conclusões dos autores analisados:

Autor e ano de publicação	Objetivo de estudo	Principais conclusões
Kraveski, Gracieli e Knuppel, Maria Aparecida (2011)	Pesquisar os desafios enfrentados pelas mulheres que atuam no cooperativismo de crédito e apontar soluções possíveis para essas dificuldades.	Conscientização tanto dos homens quanto das mulheres para que as mesmas tenham conhecimento sobre seus potenciais, além da criação de políticas públicas.
Bueno, Viviane e Knuppel, Maria Aparecida (2016)	O objetivo central da pesquisa é compreender como as pesquisas que postulam igualdade de gênero tem abordado a participação de mulheres no segmento social e econômico das cooperativas.	A não participação das mulheres foi decorrente principalmente pelos afazeres domésticos, como no cuidado dos filhos, produção de mercadorias entre outros.
Baldissarelli, Juciele. Klaes, Luiz. Bernardy, Tatiane. Hulse, Levi (2018)	Propõe identificar conquistas, que a participação das mulheres no cooperativismo tem proporcionado.	As cooperativas estão cada vez mais fornecendo oportunidades e espaço para as mulheres, sendo observados a adesão cada vez mais eminente e o fortalecimento do cooperativismo.
Salvaro, Giovana. Estevam, Dimas. Felipe, Daiane (2014)	Apresentar uma reflexão sobre relações de gênero e subjetividade, a partir da participação de mulheres em cooperativas rurais virtuais localizadas em municípios da região sul de Santa Catarina.	A participação das mulheres em cooperativas rurais contribuiu para a análise as relações de trabalho e as possibilidades de igualdade em relação ao gênero.
Leal, Adriana e Cotrim, Décio (2013)	Este estudo pretende refletir a respeito do motivo que faz com que a participação das mulheres não esteja ocorrendo de maneira mais equilibrada, em relação à participação dos homens na COOMAFITT.	Ocorreu uma menor participação das mulheres em relação a dos homens, além da COOMAFITT cooperativa analisada não teve no decorrer de sua trajetória uma líder feminina no cargo de diretoria.
Silva, Luanda (2013)	Entender como a autonomia se desenrola em um contexto de trabalho cooperativo da economia solidária; verificar se existem diferenças quanto à autonomia no trabalho hierárquico e no trabalho coletivo, reconstruir a experiência singular dessa cooperativa levando em consideração o bairro e a história ali construída.	Foi observado que na economia solidaria por mais que tenha diretrizes relacionadas a democracia e autogestão notou-se que ainda há uma grande presença da cultura capitalista e uma alternativa seria o fornecimento de cursos que buscam o aperfeiçoamento do trabalho das mulheres nas cooperativas.
Bruschini, Cristina (2006)	Oferecer uma contribuição ao tema do trabalho doméstico e, com base nos resultados de um estudo sobre o tempo semanal médio gasto na realização de afazeres domésticos.	Através dos dados analisados foi possível afirmar o fato das mulheres dedicarem mais tempo em atividade domésticas do que os homens principalmente aquelas que já são mães no qual é mais elevado.
Pinheiro, Luana. Junior, Antonio. Fontoura, Natália. Silva, Rosane (2016)	Apresentar um conjunto de informações que mostre como os movimentos de presença e ausência das mulheres nos diferentes espaços do mundo do trabalho possibilitaram, ao longo da última década, alguns avanços e muitas permanências.	Ainda há uma grande presença da hierarquia de grupos no qual ocorre exclusão de muitos deles como as desigualdades ligadas ao gênero e raça, o que afeta diretamente na participação das mulheres.
Bueno, Paulo (2001)	Examinar as práticas cotidianas de mulheres que participam de experiências em regime de produção cooperativa, tendo como referência à cidade de Porto Alegre, no período de 1996 a 2001.	Com a elaboração de planos de ações ligadas a melhoria da integração e qualidade de vida das mulheres poderiam contribuir para sua integração nas cooperativas, buscando contribuir para a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

As dificuldades enfrentadas pelas mulheres no meio rural observadas foram relacionadas com a pouca participação em atividades econômicas, falta de reconhecimento do trabalho produtivo, a dupla jornada e principalmente a divisão sexual do trabalho. As mulheres passam por muitas barreiras ao longo de sua trajetória que vão desde fatores culturais, como também relacionados a oportunidades desiguais no mercado de trabalho, pouca visibilidade das atividades realizadas tanto no ambiente doméstico como corporativo.

Através das análises dos artigos de Bueno e Knuppel (2016), Kraveski e Knuppel (2011) foi possível observar que as possíveis medidas que devem ser tomadas para a maior participação das mulheres no cooperativismo rural se tratam do apoio através de programas de incentivos que buscam impulsionar e informar as mulheres sobre seus direitos. De acordo com Bueno e Knuppel (2016, p.7) em busca de uma maior participação e igualdade foi criada no ano de 1895 o Programa de Ação Regional para as Mulheres da América Latina e do Caribe, nas quais se destacavam principalmente a busca pela igualdade entre homens e mulheres, além de tratar sobre temas relacionados à participação das mulheres no ambiente de trabalho além do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf-Mulher) que destaca a participação da mulher no meio rural.

A criação desses programas de apoio às mulheres contribui para que as mesmas se sintam mais motivadas a continuarem a trabalhar e contribuir para sua independência, além de trazer debates sobre temas relacionados a participação da mulher tanto no meio rural quanto urbano. Esses programas contribuem para que as mulheres tenham conhecimentos ligados aos seus direitos e quais são as medidas que devem ser realizadas para contribuir para que as mesmas desfrutem de um ambiente de trabalho com respeito e harmonia.

Podemos destacar que, segundo Bueno e Knuppel (2016, p.10) “nota-se que a participação das mulheres foi fortalecida e estimulada depois da realização de eventos e projetos políticos para formação de mulheres líderes, sendo assim, percebido um início de empoderamento feminino”. Além de fornecer incentivos e cursos profissionalizantes que poderão contribuir para a longa jornada no meio rural.

Segundo Kraveski e Knuppel (2011, p.12-13):

Algumas das possíveis soluções para esta desigualdade de gênero é a conscientização não apenas dos homens, quanto ao valor das mulheres, mas principalmente delas mesmas, para que acreditem em seu potencial e em sua capacidade, tanto como administradoras de sua propriedade, quando em sua capacidade empreendedora e gerencial.

As medidas devem ser tomadas através dos mais diferentes recursos, mas deve ocorrer a conscientização do público em geral, onde, os homens devem ter uma maior consciência sobre as desigualdades existentes na sociedade. Mas não apenas deve ocorrer à conscientização, a disponibilização de cursos profissionalizantes pode agregar no desenvolvimento pessoal das mulheres tanto no meio rural como também no urbano, considerando o meio rural através de políticas de incentivos com o fornecimento de cursos profissionalizantes nas áreas de interesse que podem contribuir para que as mesmas encontrem motivação e garantam sua autonomia.

Levando em consideração os incentivos e os programas de capacitação profissional, as mulheres tem a oportunidade de adquirir conhecimento acerca de seus direitos, o que pode ser uma recurso importante para fortalecer sua participação nos processos dentro das cooperativas e contribuir para a resistência ao ambiente caracterizado por atitudes onde prevalece o machismo e o preconceito (KRAVESKI; KNUPPEL, 2011).

Ainda analisando o Quadro 1, podemos observar que o fator principal para que as mulheres tenham uma menor participação está ligada diretamente aos deveres domésticos, já que acaba ocorrendo uma sobrecarga de trabalho que afeta tanto a vida pessoal das mulheres como também no ambiente de trabalho. A conscientização do público em geral tanto para os homens como para as mulheres pode trazer muitos benefícios para que as mulheres tenham mais autonomia e participação não apenas nas cooperativas rurais como também nas cooperativas em geral. Além de serem realizadas ações de políticas públicas que busquem contribuir e apoiar a presença das



mulheres no cooperativismo.

Em relação a estratégias que busquem uma maior participação das mulheres nos empreendimentos coletivos, destaca-se a educação cooperativista que a partir de métodos e instrumentos adequados, a exemplo da Organização do Quadro Social, podem ser criados e incentivados que forneçam uma capacitação específica para as mulheres, com o objetivo de identificar quais medidas e cursos devem ser disponibilizados para as mulheres presentes no meio rural, além de auxiliar ao acesso às políticas públicas. Como observado ao longo das análises realizadas é possível notar a contribuição dos cursos de capacitação para o desenvolvimento das mulheres no cooperativismo, e como a educação cooperativista pode ser de grande contribuição pela busca por maior autonomia e participação, o que nos remete ao 5º princípio cooperativista que se trata da educação, formação e informação.

## Considerações Finais

Tendo em vista os aspectos observados ao longo das análises realizadas podemos notar que a presença das mulheres no cooperativismo passa por muitos obstáculos principalmente decorrentes de fatores culturais, ainda que a presença feminina esteja ganhando espaço no cooperativismo. Considerando a doutrina cooperativista, bem como seus princípios sua presença é de grande importância para o desenvolvimento social e econômico das cooperativas, no qual o meio rural pode ser um grande aliado para uma maior participação das mulheres e fornecer uma maior autonomia para as mesmas.

Podemos concluir que as barreiras que devem ser destacadas são, principalmente: a relação cultural que muitas vezes serve como um obstáculo para a participação das mulheres, sobretudo, no meio rural e o fato de que as mulheres realizam mais atividades domésticas do que os homens.

Ao decorrer das análises há a percepção de que para fomentar cada vez mais essa participação, é preciso que sejam fornecidos cursos profissionalizantes, conscientização e políticas públicas de apoio. No qual também podem ser realizadas mais estratégias como, por exemplo, a conscientização e sensibilização, e no caso específico dos empreendimentos coletivos da agricultura familiar, a educação cooperativista que pode contribuir diretamente no aumento da autonomia das mulheres, bem como palestras e formações com temas direcionados para inserção produtiva e econômica das mesmas que busquem informar as mulheres sobre novas perspectivas, estratégias de participação, políticas públicas e diversificação das atividades econômicas.

Vale destacar, que a contribuição da participação das mulheres no cooperativismo não está só relacionada a fatores econômicos, mas também sociais na busca pela sua autonomia e participação nas cooperativas as mesmas passam por uma série de barreiras que comprometem e acabam desmotivando para que participem. Levando em consideração os debates realizados podemos observar que há um longo caminho em que as mulheres devem seguir pela busca de seus direitos e autonomia, através do auxílio de políticas públicas e aperfeiçoamento das habilidades e conhecimentos em relação ao cooperativismo. Sendo um grande aliado para diminuir essa desigualdade relacionada à quantidade de mulheres no cooperativismo e contribuir para que as mesmas tenham seus direitos e participação garantidos tanto no mercado de trabalho como também nas cooperativas rurais.

De acordo com Kraveski e Knuppel (2011) o meio rural é de grande importância para que as mulheres tenham uma maior autonomia e respeito, no qual podemos observar a relevância e importância que as cooperativas rurais podem trazer para estas mulheres. Ao longo do trabalho realizado foi possível observar que cooperativas rurais podem contribuir para que as mulheres tenham uma maior autonomia e participação, a exemplo, políticas de incentivos como o Pronaf-Mulher.

## Referências

## Referências

- ATLAS. **Atlas Digital da Economia Solidária**. Disponível em: <<http://atlas.sies.org.br/?q=soc17m&l=0&g=ufs>>. Acesso em: 16 abr. 2021.
- BALDISSARELLI, J. M.; KLAES, L. S.; BERNARDY, T. A. dos S.; HÜLSE, L. A Inserção das Mulheres no Cooperativismo Videirense. **Revista Visão: Gestão Organizacional**, Caçador, v. 7, n. 1, p. 80–94, 2018. DOI: 10.33362/visao.v7i1.1540. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/visao/article/view/1540>. Acesso em: 27 fev. 2021.
- BONUMÁ, H. **As Mulheres e a Economia Solidária**: Resistência no cotidiano tecendo uma vida melhor. 2015. 97f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2015.
- BRUSCHINI, C. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Rev. Bras. Est. Pop.**, São Paulo, v.23, n.2, p.331-353, jul./dez. 2006.
- BUENO, P. F. Z. **Gênero e Cooperativismo**: “A Participação Das Mulheres Nas Cooperativas De Trabalho”. 2001. 49f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Ciências Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2001
- BUENO, V. K.; KNUPPEL, M. A. C. A Participação da Mulher no Cooperativismo: um estudo a partir de pesquisas em relação à temática. **Publica Cresol**. 2016. Disponível em: <https://publicacresol.cresolstituto.org.br/wp-content/uploads/old/pesquisa/216.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2021.
- FERREIRA NETO, J.A; SANTOS, B. S.R; RODRIGUES, A.X; FERRIRA, F.M; REIS, J.D; VIEIRA, J.P.L; NEVES, M.C.R; FIALHO, M.F; SILVA, N.T.C.S; ALBINO, P.M.B; CARDOSO, P.O; TEIXEIRA, T, H. **Governança participativa, redes de sociabilidade e meio ambiente**. José Ambrósio Ferreira Neto, Brício dos Santos Reis coordenadores. Viçosa, MG: UFV, DER, 2020. 1 livro eletrônico. -- (Projeto Cooperativismo SAF/UFV. Curso de capacitação. Curso 2).
- GRECCO, F. S.; FURNO, J. da C.; TEIXEIRA, M. O. Por uma ciência econômica feminista. **Temáticas**, Campinas, v. 26, n. 52, 2018.
- IBGE. **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf). Acesso em: 18 mar. 2021.
- IPEA. 5. **Igualdade de Gênero**. 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods5.html>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- KRAVESKI, G.; KNUPPEL, M. A. C. A participação das mulheres no cooperativismo e no crédito rural. **Publica Cresol**. Disponível em: <https://publicacresol.cresolstituto.org.br/upload/pesquisa/211.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.
- LEAL, A. R.; COTRIM, D. A Inserção das Mulheres no Cooperativismo: estudo de caso COOMAFITT. **Emater/RS**. Disponível em: <[http://www.emater.tche.br/site/arquivos\\_pdf/teses/Adriana%20Leal.pdf](http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Adriana%20Leal.pdf)>. Acesso em: 02 mar. 2021.
- MELLO, H.P.; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? **Revista de economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.13, no1, pp. 135-58, jan/abr. 2009.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. **Cadastro Ambiental Rural**: orientações básicas. Disponível

em: [http://www.mma.gov.br/images/arquivos/desenvolvimento\\_rural/car/Cartilha\\_CAR.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivos/desenvolvimento_rural/car/Cartilha_CAR.pdf). Acesso em: 28 abr. 2019.

PINHEIRO, L. S.; JUNIOR, A. T. L.; FONTOURA, N. de O.; SILVA, R. da. Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014. **Ipea**, Brasília, n.24, 2016. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6524/1/Nota\\_n24\\_Mulheres\\_trabalho.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6524/1/Nota_n24_Mulheres_trabalho.pdf). Acesso em: 18 mar. 2021.

POSSER, C. M.; GAVIRAGHI, F. J.; GOERCK, C. A Vinculação entre o extinto Programa Público de Economia Solidária e sua aplicação nos processos de trabalho em empreendimentos no Rio Grande do Sul. In: **III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos**. 2019. Disponível em: <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/assets/4604-230413-35616-2019-04-01-economia-solid%C3%A1ria.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2021.

REDAÇÃO RBA. Economia Solidária movimentada cerca de R\$ 12 bilhões ao ano no Brasil. **Rede Brasil Atual**, 16 de Jul. de 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2019/07/economia-solidaria-movimentada-cerca-de-r-12-bilhoes-ao-ano/>. Acesso em: 07 abr. 2021.

SALVARO, G. I. J.; ESTEVAM, D. de O.; FELIPE, D. F. Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 390-405, Junho 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932014000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932014000200010&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 01 mar. 2021.

SILVA, L. N. O. da. **As mulheres no cooperativismo: “aí é como eu disse, é desafio!”**. 2013. 81 f. TCC (Bacharel em Sociologia) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia. 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/23914/1/TCC%20-%20Completo.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SISTEMAOCB. **Anuário do cooperativismo brasileiro**. 2019. Disponível em: [file:///C:/Users/Cliente/Desktop/publicacao\\_clique\\_aqui\\_04\\_07\\_2019.pdf](file:///C:/Users/Cliente/Desktop/publicacao_clique_aqui_04_07_2019.pdf). Acesso em: 19 mar. 2021.

SISTEMAOCB. **Ramos do cooperativismo**. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/publicacao/57/ramos-do-cooperativismo>. Acesso em: 25 mar. 2021.

SOF. **Mulheres transformando a economia: cartilha sobre economia solidária e feminista**. Prefeitura de São Paulo. São Paulo. 2015. Disponível em: <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/02/cartilhaSOFdigital.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021.

Recebido em 25 abril de 2022.  
Aceito em 11 de julho de 2023.